



Os Guarani-Kaiowá e a concessão pra existir



Iara Vicente - Há dias atrás os Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay tornaram pública a sua decisão de morrer coletivamente. A situação insustentável dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, de confinamento e terror coletivo, explode enfim num episódio trágico. O ultimato, tornado público no dia 08 de Outubro de 2012 pelo conselho Aty Guasu Guarani e Kaiowá do MS, é o último recurso de um povo que tem sido oprimido e sistematicamente expulso de suas terras. Esperando pela demarcação de suas terras, os indígenas têm vivido em um verdadeiro pesadelo. Nos acampamentos, a expectativa de vida é inferior à de países africanos em guerra¹. A mortalidade infantil anual, nos últimos cinco anos, passou de 48 casos para 1900. A taxa de suicídios dentre os Guarani-Kaiowá é considerada uma das mais altas do mundo – enquanto à média do Brasil é de 5,7 a cada 100 mil habitantes, nesta comunidade indígena o contingente é maior que 100 a cada 100 mil habitantes. Apesar de tudo é um problema que segue se aprofundando e sendo retransmitido de governo a governo. Vivemos uma guerra civil no Brasil rural, onde os povos tradicionais vivem o extermínio lento e constante na luta árdua por seus modos de vida. O questionamento que o povo Guarani-Kaiowá levanta é: se o governo colabora nas violências que os indígenas sofrem, a quem mais se pode recorrer? Qual alternativa sobra? Leia o [artigo na íntegra](#). Leia também a [matéria](#): Guaranis kaiowás pedem à Procuradoria-Geral da República mais segurança e rapidez na demarcação de suas terras. Fonte: Ciranda Net | Combate ao Racismo Ambiental.

Cotas raciais para o serviço público e o mercado de trabalho



Foto: Lançamento do Fórum de Combate à Discriminação Racial no Mercado de Trabalho em Salvador-Ba

Uma política ou ação afirmativa é uma medida especial e temporária que visa eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de tratamento e de oportunidades. As ações afirmativas visam influenciar a política, a economia e a cultura de um país ou região, com vistas a não só diminuir a desvantagem de um grupo étnico ou social como também de valorizá-lo culturalmente. Elas nasceram na década de 1960 nos EUA, como forma de promover a igualdade entre brancos e negros. No entendimento de muitos juristas, inclusive dos ministros do STF, numa sociedade crivada por diferenças, as ações afirmativas garantem a igualdade material, definida pela frase “tratar desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade”. Embora ainda haja um enorme caminho a ser trilhado, o país tem demonstrado, nos últimos anos, vontade política para enfrentar o problema da desigualdade racial com ações concretas e ações afirmativas. Isto ocorre tanto pelos números da participação dos negros na sociedade brasileira, quanto pela consciência cada vez maior de que a nossa desigualdade não é apenas social, é também racial e sem um recorte específico, não será superada. Nas empresas, a pesquisa Ethos-Ibope sobre “Perfil Social, Racial e de Gênero nas 500 maiores empresas do país”, lançada em 2010, mostra variação positiva na ocupação de cargos por negros e por negras, mas ainda aquém da participação deles no total da população brasileira. Nos quadros funcionais, entre 2003 e 2010, a participação de negros ampliou-se de 23,4% para 31,1%. Nos cargos de supervisão, a evolução foi de 13,5% para 25,6%. No âmbito gerencial, a participação subiu de 8,8% para 13,2%. Entre os executivos, a proporção variou de 2,6% para 5,3%. Leia a [matéria completa](#). Paulo Roberto | Fonte: Instituto Ethos.

Medida pode fixar um novo marco nas relações raciais

O Palácio do Planalto prepara o anúncio para novembro deste ano, quando se comemora o Dia da Consciência Negra (dia 20), de um amplo pacote de ações afirmativas que inclui a adoção de cotas para negros no funcionalismo federal. “Ao que parece, o Brasil está em vias de adotar um programa de políticas afirmativas abrangente, sistemático e articulado para a promoção da igualdade racial, com destaque para políticas de regulação do mercado de trabalho em seus variados nichos e da produção cultural. Será estabelecido um novo marco em nossas relações raciais, dando consequência ao reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da legitimidade e legalidade jurídicas de reivindicações igualitárias que se fazem ouvir desde a luta pela redemocratização do Brasil, nos anos 1970. As leis que regulamentam o ensino da história e da cultura afro-brasileira ainda necessitam do incentivo à formação universitária especializada”. Leia na íntegra o [artigo de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães](#). Artur Antônio | Fonte: Folha de São Paulo.

8 de Novembro - Homenagem aos mártires da Revolta dos Búzios

A data da morte dos mártires da Revolta dos Búzios na Praça da Piedade em Salvador-Ba será lembrada pelas organizações e ativistas do movimento negro baiano com uma concentração no local da execução. No dia 8 de novembro de 1799, os líderes da Conjuração de 1798, Manuel Faustino dos Santos Lira, João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas após condenação à morte, foram enforcados. Anteriormente, o escravo Antonio José que estava preso na cadeia pública, foi envenenado em sua cela. O outro líder da Revolta, o escravo, lavrante, Luís Pires, conseguiu escapar de ser preso e enforcado. O Olodum como acontece há vários anos estará presente. Leia mais sobre o [movimento revolucionário](#).

A manipulação das cotas raciais pelo governo em conluio com a mídia burguesa!

Reginaldo Bispo - A reportagem de Rafael Moraes Moura, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 17-10-2012, a mim enviada pela lista SGERA@mst.org.br, do MST, motivou-me a essa contestação. Se 1,8%, 2% e 2,2% de negros frequentando a universidade em 1997 e 2002, eram insignificantes, os percentuais de 8,8% e 11% de 2011, continuam ridículos, denunciando toda a falácia do governo e dos institutos parias, de crescimento da participação social dos negros. Tomados em separado (não em relação aos brancos), torna-se uma amostragem falsa, compara números pequenos, dentro de uma mesma comunidade, omitindo e não denunciando as diferenças que o racismo da sociedade brasileira e do sistema educacional impõem, no trato da população negra, diferente do registrado com a branca. Os números assim apresentados provocam ufanismos governamentais e de seus apoiadores, para os quais a menor mudança é motivo de foguetório, uma grande vitória. Subsidiava também os contrários a essas conquistas, fornecendo argumentos para que combatam de forma hipócrita, dizendo tratar-se de racismo às avessas e paternalismo para com os negros. Leia na íntegra o [artigo de Reginaldo Bispo](#).

Caó, 70 anos de luta!

Em 24 de novembro de 1941, nascia em Salvador, na Bahia, Carlos Alberto Oliveira Santos, ou simplesmente Caó, filho do marceneiro Themístocles Oliveira dos Santos e da costureira Martinha Oliveira dos Santos, a dona Miúda. Seu registro de nascimento, no entanto, só foi lavrado quase um mês depois, em 20 de dezembro, na época, uma prática comum, principalmente entre os negros. Articulado, aos 16 anos, já era secretário-geral da Associação de Moradores do bairro Federação, em Salvador, e engajado na campanha O Petróleo é Nosso. Pouco tempo depois, viriam a militância no movimento estudantil – como presidente da União de Estudantes Estaduais da Bahia – e a vice-presidência de relações internacionais da União Nacional dos Estudantes. Concluído o curso o primário, Caó foi estudar no Colégio Central da Bahia, no bairro do Campo Grande, em Salvador, onde foi presidente do Diretório Acadêmico e colega do também advogado e jornalista Muniz Sodré, com quem estudou na Faculdade da Bahia. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Adilson Gonçalves, Raça Brasil.

Justiça Seja Feita: direito quilombola ao território

Lilian Cristina Bernardo Gomes - A articulação das lutas locais das comunidades negras de quilombos no Brasil com os movimentos sociais negros possibilitou, dentre um amplo leque de direitos para os afrodescendentes, a entrada do direito à territorialidade para tais comunidades na Constituição de 1988, através do art. 68 do ADCT. Essas comunidades tinham ficado invisibilizadas no espaço público brasileiro desde a Abolição da Escravatura, em 1888. A entrada desse direito na cena pública nacional aponta para a ampliação dos patamares de justiça social no Brasil. A justiça social para esses grupos articula uma tripla dimensão: o reconhecimento de identidades e de direitos, a redistribuição material e simbólica e a representação política e jurídica no espaço público. No entanto, a efetivação desse direito não é matéria de fácil concretização no Brasil devido ao fato de ele envolver as questões de terra e de raça, dois temas de difícil trato no contexto de uma suposta democracia racial, denunciada como modo de naturalização das desigualdades raciais, sobretudo pelos movimentos sociais negros, desde a década de 1940. Essas denúncias se tornaram mais contundentes após a década de 1970, com o fortalecimento da sociedade civil no Brasil. Leia a [tese de Lilian Gomes](#).

Agronegócio e povos tradicionais

Henri Acselrad - São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses econômicos do agronegócio. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas para sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas. Um papel estatal mais ativo se está procurando desenhar, de modo a redefinir as condições de extensão dos limites socioterritoriais onde vigorarão regras mercantis, seja para os mercados de terras, da exploração mineral ou energética e, ao mesmo tempo, onde essas regras não vigorarão – ou delas estarão de algum modo protegidas –, como em reservas extrativistas, quilombos e áreas de reserva legal. É nesse contexto que temos visto, com frequência crescente, representantes do ruralismo passarem a identificar os povos e comunidades tradicionais como os novos adversários de seu pretense projeto de “combate à fome pelo agronegócio”. São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses econômicos do agronegócio. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas para sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas, inclusive daquelas situadas no próprio campo dos grupos subalternos. Leia na íntegra o [artigo de Henri Acselrad](#) no Le Monde Diplomatique.

Racismo de Lobato no STF - A mudança de Ziraldo

Humberto Adami - Ziraldo, aos 80, deu um cavalo de pau. Foi em Monteiro Lobato, quando ajuizado o mandado de segurança MS 30.952, no STF. Impetraram Antonio Gomes da Costa Neto e IARA - Instituto de Advocacia Racial e Ambiental. A mudança de Ziraldo anuncia o fim da campanha da ABL - Academia Brasileira de Letras e outras que se posicionaram contra as firmes posições de racismo nos livros de Lobato. Faltam outros, inclusive o MEC, que se esconde na batida unicórdica de "nao vamos fazer censura em ninguém". Ao que respondemos, de forma idêntica: "Tem de cumprir o PNBE, que proíbe financiamento de livro didático que contenha preconceito ou estereotipo". Vejam a entrevista de Ziraldo: "E o debate sobre o racismo de Monteiro Lobato? Quando fiz a camiseta para o bloco Que Merda é Essa, não conhecia ainda as cartas e os textos para adulto que seriam publicados pela imprensa em seguida. Mudei de ideia, claro. A prova de que Monteiro Lobato era racista é exuberante e bem documentada. Ele era eugenista. Chega a dizer que o Brasil não atingiu o nível

de civilização para ter uma Ku-Klux-Klan. Só não fiquei mais triste porque, na verdade, nunca fui realmente um fã. Sempre fui mais de Super-Homem e Fantasma. Agora, na obra infantil ele continua a ser o criador de alguns dos personagens mais emblemáticos da literatura. Emília, junto com Capitu, Rê Bordosa e, agora, Carminha, é das personagens femininas mais importantes. E Tia Nastácia é a mais simpática e a mais querida do "Sítio". Não precisamos proibir livros. Precisamos é melhorar a capacidade dos professores para discernir. Num país que tem 90% de analfabetismo funcional o pessoal devia estar preocupado em fazer uma revolução em que nenhuma criança cresça sem aprender a ler, escrever, contar e interpretar." Leia mais sobre esse [assunto](#). O cavalo de pau de Ziraldo 'e de comemoração. Se eu fosse, mulher, contudo, teria um olhar atento sobre a forma que ele usou para defender a quem "nao era fã", e colocou mulatas lembrando o "racismo sem ódio", que o mesmo incluiu no estandarte no seu bloco. O MS continua no STF, e o MEC com o PNBE em improbidade administrativa. Mas Ziraldo acordou. O velhinho maluquinho, de 80.

Lado a lado? Por Mauricio Pestana

Dias atrás, em reunião no consulado de Israel, em São Paulo, ouvi de um brasileiro, Dov Winer – que reside há mais de 40 anos em Tel Aviv – a seguinte fase: "Vocês não fazem ideia do quanto esse país mudou", e continuou: "Quando me mudei daqui, no final dos anos 1960, eu lia, por exemplo, em editoriais do jornal O Estado de São Paulo que o carnaval era uma perda de tempo e de dinheiro." Repliquei que, nos dias de hoje, utilizam desses editoriais para criticar as ações afirmativas, sistema de cotas e quaisquer iniciativas de reparações para afrodescendentes. Os anos 1980 marcaram, e muito, as ações da sociedade civil na reorganização do estado brasileiro. Mesmo dividido estrategicamente por uma engenharia fratricida em partidos políticos, o movimento negro contribuiu de forma determinante, seja em proposições para a nova constituição ou em manifestações no início dos anos 1990, mas quando precisamos da solidariedade dos "companheiros" a resposta foi dúbia, pois muitos daqueles que estiveram ao nosso lado pelo fim da ditadura, pela redemocratização do país e pelo fora Collor, puseram-se ao lado da grande mídia e radicalmente contrários a qualquer tipo de política afirmativa para negros. E mais, intelectuais como Caetano Veloso, João Ubaldo Ribeiro, Ferreira Gullar e o novelista Aguinaldo Silva assinaram até manifesto contra as cotas nas universidades. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Portal Geledés.

Povos Indígenas e Ações Afirmativas: As Cotas Bastam?

Antonio Carlos de Souza Lima - Se é indiscutível que a luta pelas cotas empreendida pelo movimento negro foi essencial para a ampliação da presença de indígenas na universidade, a demanda por inclusão no mainstream sociocultural, de formação para melhoria das condições de renda, de reparação histórica, tal luta não esgota nem dá conta das demandas indígenas no ensino superior. É preciso chamar a atenção de que a pauta das ações afirmativas não pode ser a mesma para todos os ditos "excluídos". Não existe uma mesma e única exclusão, as razões históricas são distintas, os sistemas de preconceitos idem. Se tanto estudantes negros quanto estudantes indígenas precisam de suporte sob a forma de bolsas especiais, ou de acompanhamento de supervisores, que lhes permitam ultrapassar a necessidade de trabalhar em tempo integral e, em geral, o fraco ensino fundamental e médio por que passaram, se considerarmos que os indígenas podem ser falantes nativos de línguas ágrafas, tendo sido portadores de cosmologias que explicam o universo de modo radicalmente distinto da nossa forma, os pontos de contato e a grande proximidade aparente da exclusão ficam para trás. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: GEA / Flacso Brasil.

Paulino Cardoso: Uma agenda para a ABPN

Paulino Cardoso - Caríssimos, Diante das recentes demandas para atender as mais diferentes ações da causa antirracista, entendo que seja necessário fazer alguns esclarecimentos. Quando nós organizamos a ABPN em 2000, nossa perspectiva não era construir uma organização do Movimento Negro, embora esta dubiedade sempre existisse/ se confrontou no seio da associação. Dizíamos que queríamos assaltar o céu. Enfrentar a supremacia branca ali onde ela se legitimava: a universidade. Embora não devamos deixar de participar das mobilizações antirracistas de um modo geral, a tarefa mais importante da ABPN, no meu entendimento, é dialogar com as agências públicas e da cooperação internacional no sentido de apresentar e negociar uma agenda dos pesquisadores negros. Leia o [artigo na íntegra](#).

Gregory Reed: da segregação racial ao poder para as pessoas transformarem os EUA

Sabrina Duran - Em 2007, o advogado Gregory Reed foi o “primeiro afro-americano a assinar um contrato com Walt Disney para apresentar artefatos raros de Rosa Parks numa exibição sobre ela intitulada ‘Tesouros Nacionais’”, e que aconteceria em setembro daquele ano no World Epcot Center. Com Rosa Parks, Gregory foi co-autor de dois importantes livros best-sellers: Quiet Strength, com alguns dos principais pensamentos e episódios da vida de Rosa, e Dear Mrs. Parks, com respostas dadas pela própria às crianças que lhe enviavam cartas com perguntas sobre fé, educação, coragem, entre outros temas. Gregory Reed é advogado, entre outras personalidades, de Aretha Franklin, e também já representou grandes músicos da antiga gravadora Motown, boxeadores campeões mundiais, atletas da NBA, atores, atrizes e Betty Shabazz, esposa de Malcolm X. Uma das mais importantes peças do acervo de Gregory, porém, é o manuscrito original de A Autobiografia de Malcolm X, publicada em 1965 e escrita pelo ativista negro em parceria com o jornalista Alex Haley. O manuscrito contém anotações feitas à mão por Malcolm e Haley. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Opera mundi.

A ministra e a prostituta

Eliane Brum - Ao propor “abolir” a prostituição na França, o governo socialista reacendeu o debate, tão velho quanto atual, sobre a quem pertence o corpo da mulher. Quem acompanha a polêmica que se desenrola na França, pode estar se perguntando: por que, a essa altura, a prostituição ainda move tantas paixões? É uma boa pergunta, com muitas respostas possíveis. Se os argumentos contra o sexo pago são bem conhecidos e enraizados na sociedade ocidental, inclusive na brasileira, o debate francês tem sido uma excelente oportunidade para conhecer os argumentos a favor. Manifestos tanto de “trabalhadoras do sexo” como de intelectuais renomados têm invocado questões profundas do nosso tempo: até onde o Estado pode intervir na vida privada, ainda que supostamente “em nome do bem”, é uma delas. Leia na íntegra o [artigo de Eliane Brum](#). Fonte: Revista Época.

Brasil reduz desigualdade entre sexos

O Brasil oferece a meninos e meninas a mesma possibilidade de acesso à educação e à saúde. Porém, a diferença de renda entre os sexos continua grande. Nesse cenário, o Brasil subiu 20 posições, mas ainda ocupa apenas o 62.º lugar entre 129 países no ranking que estima a condição das mulheres na sociedade. Os dados foram divulgados ontem pelo Fórum Econômico Mundial. De acordo com os pesquisadores, o Brasil conseguiu subir 20 posições em relação ao levantamento de 2011 graças à melhoria de acesso à escola e à saúde. Hoje, o País está em primeiro lugar no ranking no que se refere ao acesso à escola para meninas - uma realidade vista em apenas 20 países. No ensino fundamental, para cada 95 meninas há 94 meninos. No ensino médio, a diferença cresce: são 85 garotas para cada 78 garotos. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Agência Patricia Galvão.

Chega de conversa fiada: Governo Dilma inviabiliza o controle social das políticas públicas

Gilda Cabral - Por que o governo adota a transparência das ditaduras? O que faz o governo dizer uma coisa e fazer outra totalmente diferente? Não temos essas respostas, mas devemos pensar muito nessas perguntas. Recentemente, o governo sancionou a Lei de Acesso à Informação (LAI), criou sites, portais e telefones para contato direto com a população, estimulando denúncias de mau uso das verbas públicas. Ao mesmo tempo, embola e confunde as pessoas com a falta de transparência sobre os recursos e gastos governamentais. Para os movimentos de mulheres e feministas, atuar no campo das finanças públicas e no monitoramento dos recursos permitiu uma significativa educação política. Foi na militância e na luta por mais recursos que nos qualificamos e incidimos na política econômica do país. Foi monitorando o gasto público que mostramos quão desigual podem ser algumas políticas governamentais que reforçam o papel tradicional e reprodutivo das mulheres. Nossa atuação nessa área trouxe mais recursos financeiros para as políticas da igualdade. Leia o [artigo na íntegra](#). Viviane Hermida | Fonte: Cfemea.

Projeto do Banco Mundial ajuda a fortalecer lideranças quilombolas através do associativismo

O projeto do Banco Mundial e do Japan Trust Fund Oportunidades Iguais para as Comunidades Quilombolas do Nordeste do Brasil permitirá que comunidades quilombolas lutem por melhores políticas públicas. O projeto

tornou isso possível por meio de cursos e seminários que ajudaram a formar e fortalecer as lideranças locais. Três anos após o início do projeto, as comunidades atendidas estão aptas a criar seus próprios projetos de agricultura e artesanato, captar recursos e buscar assistência técnica na implementação. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Áfricas.

Fundação Palmares: Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira

Estão abertas até o dia 7 de dezembro, as inscrições para o programa “Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira”, da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Entidades sem fins lucrativos, administrações públicas municipais ou estaduais, empresas públicas ou sociedades de economia mista podem inscrever trabalhos que visem ampliar a produção cultural e resgatar a identidade nacional da população negra no País. Mais informações podem ser obtidas no [Portal de Convênios Siconv](#). O código do programa “Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira”, para buscar informações específicas em outras páginas do Portal Siconv é 2040820120001. Fonte: Paulo Roberto, | Portal Siconv.

EXPEDIENTE

INSTITUTO BÚZIOS INFORME
Boletim Eletrônico Nacional
Periodicidade: Mensal

EDITOR

Valdisio Fernandes

EQUIPE

Aderaldo Gil, Allan Oliveira, Atillas Lopes, Camila Valadao, Ciro Fernandes, Débora Anjos, Enoque Matos, Eva Bahia, Evani Lima da Silva, Guilherme Silva, Juciene Santos, Kenia Silva, Larissa Almeida dos Santos, Lidianny Fonteles, Luciene Lacerda, Luiz Felipe de Carvalho, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Ronaldo Oliveira, Silvanei Oliveira, Tereza Cristina Santos, Tom França, Viviane de Jesus.

COLABORADORES: Albérico Manoel, Arlene Malta, Elenice Semini, Egidio Levi, Gil Nunes, Isa Araújo, Laudiceia Gomes, Milena Brasil, Tiago Paixão, Washington Dias.

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do INSTITUTO BÚZIOS, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".